

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE FILOSOFIA PARA O ENSINO MÉDIO

LAÍS BASTOS DA SILVA

**O TEXTO FILOSÓFICO COMO POSSIBILIDADE DE EXPERIÊNCIA DO
FILOSOFAR ATIVO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO**

CERRO AZUL

2015

LAÍS BASTOS DA SILVA

**O TEXTO FILOSÓFICO COMO POSSIBILIDADE DE EXPERIÊNCIA DO
FILOSOFAR ATIVO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Ensino de Filosofia para o Ensino Médio, Universidade Federal do Paraná, como requisito a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Alexandre N. Machado

CERRO AZUL

2015

RESUMO

Com a finalidade de contribuir para a qualidade do ensino de filosofia no ensino médio através da recomendação do uso dos textos filosóficos em sala de aula, esta pesquisa propõe, primeiramente, apresentar uma concepção de filosofia como criadora de conceitos e sua especificidade no ensino, a atividade do pensamento, levando-se em consideração as habilidades e competências almejadas pela inserção da disciplina no ensino médio, conforme postulam os documentos que fundamentam a educação básica. Em seguida, pretende-se defender a importância do uso do texto filosófico para a produção conceitual dos estudantes e apontar procedimentos didáticos que permitam desenvolvê-la. Por fim, analisar quais são as possibilidades de o emprego do texto filosófico proporcionar a experiência do filosofar ativo dos estudantes. Este estudo fundamenta-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes e Orientações Curriculares para o Ensino Médio e nas contribuições teóricas de autores cujas pesquisas versam sobre o ensino de filosofia, como Armijos, Aspis, Cerletti, Favaretto, Gallo, Guido, Kohan, entre outros.

Palavras-chave: Ensino de filosofia, texto filosófico, filosofar, conceito.

ABSTRACT

With purpose to contributing to improve the quality of philosophy teaching in the secondary education through the recommendation of philosophic texts in the classroom, this research proposes first of all, present a conception of philosophy as the creature of concept and its specificity in the teaching, and activity of thinking, taking into the consideration the wished abilities and competences by the insertion of the theme in the basic education. Then, intent defend the importance of use of philosophic texts to the conceptual production of students and inform the didactic procedures that allow the development. In the end, analyse which are the possibilities of employe the philosophic texts and provide the experience to philosophize activity in the students. This study is based on the National Curriculum Standards, Guidelines and Curriculum Guidelines for Secondary Education and in the theory contributions of authors which researches inform about the philosophy teaching, as Armijos, Aspis, Cerletti, Favaretto, Gallo, Guido, Kohan, and others.

Keywords: Philosophy teaching, philosophic texts, philosophize, concept.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	5
2. A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO	8
2.1 A filosofia como experiência do pensamento	8
2.2 Legislação: A função do texto filosófico no desenvolvimento de habilidades e competências.	12
3. O TEXTO FILOSÓFICO EM SALA.....	16
3.1 A contribuição do texto para o ensino	16
3.2 Procedimentos Didáticos: Escolha e abordagem	19
4. O TEXTO FILOSÓFICO E A EXPERIÊNCIA DO FILOSOFAR.....	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31

1. INTRODUÇÃO

Este estudo visa oferecer contribuições aos professores e estudantes para a concretização um ensino de filosofia comprometido com a sua qualidade no ensino médio, por meio da reflexão acerca da utilização do texto filosófico em sala de aula, fundamentando-se nas contribuições teóricas de determinados autores que dissertam sobre o tema, entre eles Armijos, Aspis, Cerletti, Favaretto, Gallo, Guido e Kohan.

A relevância do texto filosófico, nesta pesquisa também denominado clássico ou original e entendido como aquele escrito por um filósofo, sem alterações linguísticas que resultem em uma adaptação, é salientada, com certa frequência, sempre que se discute o que é considerado fundamental para o ensino da disciplina. Porém, há também a necessidade de se pensar os caminhos utilizados para o emprego do texto nas aulas quando o que se espera é que os estudantes possam filosofar ao invés de apenas reproduzir filosofias, ou seja, acumular conhecimentos produzidos no decorrer da história do pensamento.

Os textos filosóficos partem de um problema que não necessariamente será solucionado, mas que é o princípio da produção conceitual, o que faz com que ele ofereça a possibilidade de contextualização tanto da história da filosofia quanto da realidade dos estudantes ao conter, muitas vezes, as mesmas questões, ou semelhantes às circunstanciais dos alunos, como as existenciais, políticas, científicas, estéticas etc.

Dentre os diferentes tipos de textos escritos no decorrer da história da filosofia, acredita-se que no ensino médio é possível trabalhar com fragmentos, ensaios, diálogos, cartas, aforismos, meditações, investigações, entre outros.

Um exemplo muito utilizado pelos professores em sala de aula, embora alguns prefiram as adaptações em detrimento do original, é a passagem “*Alegoria da Caverna*”, do diálogo *República*, de Platão. A maioria dos alunos que teve algum contato com a disciplina, pelo menos sabe da existência deste texto. É comum inseri-lo nas aulas para apresentar e aprofundar a teoria das ideias do filósofo, os conceitos de conhecimento e educação e relacioná-los

com problemas atuais de alienação facilitadores da manipulação de informações e resultantes na má formação política e cultural que não apenas gera dificuldades como compromete o enfrentamento delas. Tais abordagens, são exemplos de diferentes problematizações que fazem com que o texto não seja abordado de forma isolada e, ao mesmo tempo, não exigem dos estudantes a leitura da obra na íntegra.

O texto "*Mulheres, sujeitai-vos aos vossos maridos*", de Voltaire, possui uma linguagem acessível aos estudantes do ensino médio e é provocador. A leitura oferece condições iniciais para que o professor contextualize os problemas dos escritores franceses do século XVIII, questões de disputas religiosas e políticas, produções artísticas, como também aspectos que envolvem educação e o olhar sobre a mulher na época em que o texto foi escrito problematizando os posteriores movimentos feministas, conquistas e discussões relacionadas aos direitos das mulheres que são atuais e relevantes.

Os textos citados acima são apenas dois exemplos de quais podem ser levados para a sala de aula e, ambos, embora sejam de tipos, contextos e tratem de problemas diferentes, permitem o diálogo entre a tradição filosófica e questões atuais. Vale ressaltar que existem numerosos textos clássicos e o objetivo deste estudo não consiste em elencá-los, mas em analisar a possibilidade do filosofar ativo dos estudantes a partir do texto filosófico. A seleção dos textos é responsabilidade do professor, mas não deve ser aleatória e sim considerar a viabilidade didática e sua relevância para o problema abordado.

A escolha do texto é o primeiro procedimento didático a ser ponderado, pois é imprescindível que o professor possua objetivos claros quanto ao que pretende problematizar e o que espera que os estudantes desenvolvam a partir da leitura de um gênero textual e autor específico. É preciso que o professor identifique o que é de suma importância para fazer a articulação pretendida compreendendo o texto como possibilidade de reflexão, diálogo, provocação e não como um conjunto de respostas para as questões dos estudantes.

Após a escolha, tanto do texto quanto do momento em que será inserido nas aulas, os caminhos didáticos do trabalho com o texto visando a experiência de pensamento dos estudantes precisam ser analisados. Uma das opções consiste em iniciar os estudos pelo que se considera mais acessível, para que

o contato com o texto filosófico seja um processo construído gradualmente, o que demanda um diagnóstico prévio das habilidades de leitura e interpretação dos alunos, pois varia conforme suas realidades.

Ler o texto não garante a qualidade do ensino. O trabalho almejando o entendimento da construção argumentativa, a contextualização sócio-cultural e da história do pensamento e a produção escrita dos estudantes é crucial. Este processo de problematizar, conceituar e argumentar evita que os textos sejam tratados como um produto que surge sem nenhum processo de construção.

Os procedimentos adotados têm de conceber a apropriação conceitual como indispensável não apenas para compreender o problema do autor, mas para elaborar questões dentro e fora do texto, isto é, desenvolver a experiência do pensamento por meio da filosofia.

Posto isto, o discurso mediador do professor entre o conhecimento filosófico e o aluno, deve ser cuidadoso na medida em que não pode transformar o texto em bloqueio do pensamento, da curiosidade e questões iminentes do contexto dos estudantes e de, concomitantemente, não fazer da sala de aula um espaço meramente opinativo.

2. A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO

2.1 A filosofia como experiência do pensamento

A reflexão sobre a filosofia como disciplina escolar implica explicitar qual é a sua especificidade e que tipo de contribuição tem a oferecer aos estudantes e a sociedade. Para tanto, é importante esclarecer que concepção se possui de filosofia, considerando que se trata de um saber concebido de diferentes maneiras no decorrer da história do pensamento, gerando diversas correntes filosóficas.

Diante disso, as discussões sobre o ensino, seja visando a justificativa de sua importância ou metodologias adequadas para garantir a qualidade, apresentam definições distintas a respeito do que se entende por filosofia, pois a delimitação de seu campo, diferentemente das demais disciplinas do currículo básico, já se caracteriza como um problema filosófico e, portanto, objeto de estudo. Dentre elas, compreende-se que a filosofia se caracteriza e se diferencia das demais áreas do conhecimento, pela produção de conceitos, conforme afirmaram Deleuze e Guattari em *O que é Filosofia?* (1992) e sustentou Sílvia Gallo (2013).

Para Deleuze e Guattari, a filosofia não é contemplação, reflexão e/ou comunicação como defendem alguns pensadores, pois não é possível identificar a filosofia, de maneira que isso a distinga dos demais saberes, com essas atitudes. Entretanto, “é próprio da filosofia criar conceitos que permitam a contemplação, a reflexão e a comunicação, sem os quais ela não poderia existir.” (GALLO, 2009, p. 34).

Definir a filosofia como um saber que cria conceitos, implica considerar que a criação em si é um exercício e, deste modo, a filosofia consiste em uma atividade conceitual porque produz. Logo, ensinar filosofia significa possibilitar aos alunos a experiência do pensamento, buscando caminhos que os envolvam, pois a tarefa de filosofar dificilmente será realizada quando imposta ou no modelo tradicional de ensino fundamentado na transmissão de conteúdos e memorização. É preciso que se construa um espaço de interação para que a experiência possa ser cumprida e compartilhada de maneira que o

ensino seja também filosófico, o que está sujeito ao interesse dos estudantes que pode ser incitado quando o que se propõe é o contato com determinados problemas filosóficos capazes de motivá-los por, muitas vezes, estarem relacionados às suas inquietações.

O problema é a base para a elaboração do conceito que pode ser definido como uma forma de pensamento capaz de exprimir o mundo, construir compreensões a respeito de seus aspectos. Na história da filosofia é possível identificar que é comum o problema de um filósofo gerar outros problemas e ser também o de outros pensadores, continuar sendo o dos estudantes, professores, sociedade, o que possibilita a apropriação destes conceitos, como também recriá-los, ressignificá-los, pois não se trata de um conhecimento pronto que deve apenas ser assimilado, mas de uma atividade constantemente realizada.

O fato de o conceito brotar de problemas, de buscar equacioná-los, é que faz da filosofia essa “obra aberta”, uma vez que os conceitos nunca são conclusivos, mas continuam carregando em si os problemas que lhe deram origem, além de contribuírem para o aparecimento de novos problemas. Há uma persistência do problema, que é a um só tempo a graça e a desgraça da filosofia, que faz dela uma atividade perpétua, quem sabe infinita, de criação de conceitos para lançar luz sobre problemas que sempre reaparecem, num eterno jogo de claro/escuro que faz da vida o que ela é. (GALLO, 2013, p.213)

A persistência do problema, apontada por Gallo, não permite que se pretenda um ensino de filosofia como produto, isto é, como um saber pronto a ser transmitido para que estudantes passivos o memorizem e contemplem. Mas, requer que o ensino seja compreendido e realizado como um processo cuja participação dos alunos é fundamental, pois, como afirmado anteriormente, a tarefa de ensinar filosofia consiste em seu próprio exercício, o filosofar, uma prática singular de criar conceitos que não é possível sem a problematização.

Compreender o ensino como um processo significa pensá-lo em um espaço coletivo de construção capaz de proporcionar aos estudantes a reflexão, o diálogo com o conhecimento e, por conseguinte, o desenvolvimento de uma atitude criadora diante dele, ao invés de simplesmente recebê-lo e

reproduzi-lo. Nesse sentido, “ensinar/aprender filosofia (a filosofar) é uma tarefa compartilhada” (CERLETTI, 2008, p.39).

A opção pelo modelo de ensino que visa apenas a difusão de conteúdos em detrimento de se fomentar o desejo pelo conhecimento nos estudantes, promovendo o pensamento é, muitas vezes, o caminho adotado devido a facilidade encontrada ao se reduzir a questão do ensino de filosofia a simplesmente encontrar uma forma de transmiti-la. Entretanto, a filosofia também se caracteriza pela busca do saber, não se trata apenas de um conteúdo informativo e, quando o ensino se limita a isso, não se tem nenhum tipo de experimentação conceitual.

Para que seja possível produzir o pensar filosófico em sala de aula, além da escolha de um tipo de ensino pautado na problematização e no processo que exige a aproximação com os estudantes, é importante que o pensamento seja contextualizado, que os alunos entrem em contato com as produções filosóficas para que a aula não se restrinja a manifestações de suas opiniões sobre diversos temas e problemas sem que compreendam em que condições surgiram, por exemplo.

Os debates não fundamentados e descontextualizados, de acordo com Aranha (2000, p.120) caracterizam casos em que “o aluno “sai como entrou”, além de se reforçar preconceitos e estereótipos e favorecer quem fala mais alto” e, dessa forma, não se tem uma aula de filosofia, mas um espaço que permite um tipo de discussão que pode ocorrer em qualquer outro lugar, disciplina ou situação.

O ensino que se detém apenas a história da filosofia se limita a apresentação dos diferentes saberes que a compõe. Além disso, existem várias correntes filosóficas e pensamentos expressos em diversos estilos, o que dificulta um estudo linear, estritamente cronológico. Entretanto, quando desprovido da história, o ensino torna-se improdutivo, pois é ela que fornece a fundamentação para a o trabalho com o conceito, desde a compreensão até a criação.

Sem o conhecimento da dimensão histórica em que foram elaborados os pensamentos, o aluno tende a acreditar que se trata de um produto de uma genialidade ou inspiração, uma simples opinião que não possui fundamento e que foi criada sem nenhum rigor ou esforço intelectual. O repertório de

conhecimentos funciona como um referencial para que a atividade filosófica aconteça, oferecendo a contribuição de questões filosóficas norteadoras de debates e reflexões.

Quando o ensino é estruturado a partir dos problemas filosóficos, é possível articular temas e contextualizá-los tanto com a realidade dos alunos, quanto com a história da filosofia e, sobretudo, produzir o filosofar ativo dos estudantes.

Assim, não é por um assunto determinado, um tema específico ou um objeto privilegiado, que somos levados a pensar filosoficamente, mas por toparmos com algum problema, por estarmos numa situação de espanto ou de perplexidade que nos força a tomar uma distância e nos empurra de novo para o interior daquilo que nos preocupa. (ARMIJOS, 2013, p.198).

Os problemas suscitam a reflexão, o anseio pelo conhecimento que viabiliza a saída da ignorância. A preferência pela abordagem problemática evidencia a escolha do ensino como processo que condiz com a concepção de filosofia como criadora de conceitos e da aula de filosofia como um momento em que todos os estudantes podem e devem ser filósofos, na medida em que a disciplina consiste em seu próprio exercício e, nesse sentido, a sala de aula é o ambiente de trabalho com o conceito constantemente experimentado. Posto isto, é preciso ponderar quais instrumentos podem ser utilizados para possibilitar esta experiência do pensamento.

O texto filosófico é um recurso que pode se tornar didático quando utilizado pelo professor a fim de oportunizar o conhecimento acerca dos conceitos e a importância de repensá-los, recriá-los por diferentes meios, como a escrita, o debate, dramatizações, seminários. Não se trata de uma forma exclusiva levar os estudantes a problematização, ao conhecimento e produção dos conceitos. No entanto, o texto se configura como um material que possibilita o acesso aos problemas, temas e a contextualização. Além disso, é essencial para o desenvolvimento do que a legislação da educação básica brasileira prevê e denomina, a partir da obrigatoriedade da filosofia como disciplina no ensino médio, habilidades e competências específicas.

2.2 Legislação: A função do texto filosófico no desenvolvimento de habilidades e competências.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+) e Orientações Curriculares Nacionais são documentos que, pautados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 9.394/96, apresentam os objetivos e os encaminhamentos das disciplinas que compõe o ensino básico. A filosofia, desde sua obrigatoriedade, 2008, é apresentada como uma disciplina que, como as demais, possui habilidades e competências a serem desenvolvidas no decorrer de seu ensino.

De acordo com os PCN, a filosofia é capaz de promover, por meio de seus conhecimentos, condições para o exercício pleno da cidadania. No entanto, não se trata de uma exclusividade desta disciplina, esta função é atribuída a todas as demais, mas a natureza reflexiva da filosofia possibilita a reconstrução racional e crítica dos problemas e conceitos sociais, históricos e culturais que visam a formação de um sujeito autônomo, pois a filosofia é compreendida como uma fundamentação teórica e crítica dos conhecimentos e das práticas.

As habilidades e competências específicas da filosofia, elencadas em todos os documentos referentes ao ensino básico, são sintetizadas nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio por grupos:

Sinteticamente, pode-se manter a listagem das competências e das habilidades a serem desenvolvidas em Filosofia em três grupos:

1º) Representação e comunicação:

- ler textos filosóficos de modo significativo;
- ler de modo filosófico textos de diferentes estruturas e registros;
- elaborar por escrito o que foi apropriado de modo reflexivo;
- debater, tomando uma posição, defendendo-a argumentativamente e mudando de posição em face de argumentos mais consistentes.

2º) Investigação e compreensão:

- articular conhecimentos filosóficos e diferentes conteúdos e modos discursivos nas ciências naturais e humanas, nas artes e em outras produções culturais.

3º) Contextualização sociocultural:

- contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica quanto em outros planos: o pessoal-biográfico; o entorno sócio-político, histórico e cultural; o horizonte da sociedade científico-tecnológica. (2006, p. 33 e 34)

Os PNC defendem que o ensino de filosofia consiste em, primeiramente, fazer o estudante aderir a uma competência discursivo-filosófica, apontando que os conteúdos teóricos são discursos e a apropriação destes está ligada a do método que se utiliza para acessá-los. A leitura pode ser entendida como um método que oferece a compreensão do processo de construção de um modo característico de pensar.

O texto filosófico possui uma contribuição fundamental dentro dos três grupos, não só quando diretamente citado, mas também por oferecer a possibilidade de articulação com diferentes conteúdos devido a diversidade de temas e problemas que podem ser encontradas na tradição do pensamento e que possibilitam a transição por diferentes áreas do conhecimento e o diálogo com as demais disciplinas escolares, permitindo o trabalho interdisciplinar. Além disso, o texto propicia a contextualização sócio-cultural em diferentes planos.

A afirmação de que é necessário que os estudantes adquiram uma leitura significativa consiste, de acordo com os próprios documentos citados, na apropriação por parte do aluno de um modo de ler/pensar filosófico-reflexivo através do desenvolvimento gradual da capacidade de análise interpretativa, reconstrução do texto e problematização. Dessa forma,

Não é possível pretender que o aluno construa uma competência de leitura filosófica sem que ele se familiarize com o universo específico em que essa atividade se desenvolve, sem que esse se aproprie de um quadro referencial a partir dos conceitos, temas, problemas e métodos conforme elaborados a partir da própria tradição filosófica. Nesse sentido, a competência aqui referida é bem clara. (PCN, p.51)

O registro conceitual encontrado nos textos e a familiarização dos estudantes com eles viabiliza a leitura de modo filosófico dos textos de diversos gêneros. Ler de modo filosófico demanda a utilização das competências de interpretação, análise e problematização, possivelmente já desenvolvidas por meio do estudo do texto original. Dessa forma, o estudante poderá assumir uma postura crítica diante dos textos de diferentes estruturas e registros que

tiver contato, atentando para a intencionalidade do autor, construção argumentativa e identificando a ausência de argumentação que ocorre em publicações tendenciosas, por exemplo.

O conhecimento da tradição filosófica por meio dos textos dos pensadores fornece subsídios para que se problematize situações ocorridas, apresentadas pelo professor e/ou estudantes, encontradas em filmes e outras mídias, por meio de debates ou produções cuja capacidade de argumentação é essencial para que se articule diversos conhecimentos e maneiras de expressá-los, mas precisa ser desenvolvida e isso ocorre na medida em que é exercitada, inicialmente pela leitura que permite o contato e a compreensão do movimento do texto e, em seguida, pelas próprias produções.

A contextualização é apontada como uma competência, porém, vale ressaltar que não se refere apenas ao contexto do filósofo estudado, mas também ao do aluno, o que exige que o professor seja um “filósofo-educador” conforme salientado nos PCN+. Para Cerletti, “Se em um sentido estrito consideramos o ensino de filosofia filosófico, o professor deverá ser um filósofo que cria e recria cotidianamente seu mundo de problemas filosóficos e suas tentativas de resposta, e isto ele não faz sozinho, mas com seus alunos.” (2008, p.37), considerando-os antes de propor um espaço de compartilhamento para que este segundo objetivo funcione.

É importante que a reflexão sobre a especificidade da disciplina, metodologias adequadas e escolha de problemas e textos a serem trabalhados em sala de aula, seja constante, para que não se corra o risco de inserir os alunos em uma discussão que não faça parte de sua realidade, gerando desinteresse.

Em relação aos conhecimentos filosóficos, sabe-se que a abordagem problemática de ensino não desconsidera a história do pensamento, mas defende que a contextualização é possível a partir da problematização quando se utiliza o texto filosófico. Os PCN, embora deixem a critério do professor os encaminhamentos metodológicos, podendo optar pelo eixo histórico, temático ou problemático, salientam a importância do texto:

Para contextualizar os conhecimentos filosóficos, tem-se, em primeiro lugar, que localizá-los no sistema conceptual de onde provêm originalmente. O que supõe o aprendizado da

linguagem em que estão formulados – não é possível entender Descartes, por exemplo, sem o recurso às “regras gramaticais” que configuram seu pensamento. Em segundo lugar, é imprescindível, assinalar as coordenadas gerais em que este pensamento se insere. (PCN, p.58)

O desenvolvimento destas competências e habilidades está submetido a vários fatores relacionados tanto a formação do professor, quanto à estrutura dos colégios referente à disposição e qualidade de materiais, ambientes adequados para um estudo diversificado e determinadas burocracias. Apesar destas questões, é possível reconhecer a contribuição do texto filosófico para a aquisição do que se almeja com a inserção da filosofia no ensino médio. Entretanto, não consiste em uma única maneira de filosofar, embora forneça subsídios para que sejam utilizados outros instrumentos no decorrer das aulas que, salientando, não devem se limitar a leitura do texto filosófico.

Sendo assim, é fundamental que sejam apontados e analisados procedimentos didáticos que podem ser adotados no trabalho com o texto filosófico, bem como quais são os tipos de textos que podem ou devem ser utilizados em sala de aula visando a experiência do pensamento dos estudantes.

3. O TEXTO FILOSÓFICO EM SALA

3.1 A contribuição do texto para o ensino

A utilização dos textos clássicos dos filósofos no ensino da disciplina representa uma preocupação em se oferecer ao estudante da escola média condições teóricas que lhes possibilitem não só ampliar seus conhecimentos acerca da cultura, como também de exercitar o pensamento filosófico, pois os textos originais contêm não apenas o conceito, como a sua construção, o que contribui para o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas pelo ensino da disciplina, elencadas no capítulo anterior. De acordo com as Orientações Curriculares Nacionais:

De forma um tanto sumária, pode-se afirmar que se trata tanto de competências comunicativas, que parecem solicitar da Filosofia um refinamento do uso argumentativo da linguagem, para o qual podem contribuir conteúdos lógicos próprios da Filosofia, quanto de competências, digamos, cívicas, que podem fixar-se igualmente à luz de conteúdos filosóficos (2006, p. 30)

A abordagem de textos originais enquanto objeto de estudo, permite que o aluno desempenhe o exercício filosófico em diversos gêneros textuais, orais ou escritos, e situações do dia a dia. Dessa forma, a defesa do uso dos textos clássicos não pressupõe a exclusão dos outros e também de conteúdos presentes em diversas mídias.

A educação básica não visa uma formação acadêmica, mas fundamentada em propósitos relacionados ao cotidiano, suficientes para que o estudante adquira o embasamento necessário para ingressar no ensino técnico ou superior e até mesmo no mercado de trabalho, embora os objetivos do ensino básico não devam se pautar na produção de mão de obra.

É de suma importância oferecer uma educação específica, pois a disciplina de filosofia possui um conteúdo como todas as demais, mas é imprescindível que os problemas e temas filosóficos sejam contextualizados também nos âmbitos culturais, sociais e pessoais para que o aluno perceba que são saberes correlacionados e relevantes para sua formação. Desta

maneira, é possível desenvolver, ao mesmo tempo, as competências comunicativas e cívicas. Favaretto declara que:

É mediante essas competências e habilidades que os alunos se capacitam para tratar os conteúdos, justificando tomadas de posição, produzindo interpretações, transferindo os conhecimentos de uma dimensão a outra realidade, estabelecendo articulações entre as questões tratadas nas diferentes áreas de saber e a experiência. Munidos de sistemas de referência e exercitando os requisitos discursivos, podem aceder ao domínio das representações, isto é, à elaboração teórica. Podem, assim, deslocar-se da apreensão imediatista da realidade para uma posição esclarecida, efeito da criticidade. (2008, p. 53)

O estudante do ensino médio, durante o processo de leitura e releitura, escrita, reescrita e interpretação, observa o próprio progresso intelectual, isto é, nota que consegue fundamentar seus argumentos, analisar situações e textos de outros gêneros com mais facilidade, ou seja, orientar seu pensamento desvinculando-se do senso comum.

A realização da atividade filosófica que, segundo Porta (2004, p.23) consiste na “capacidade de uma reflexão sistemática, metódica e (em maior ou menor medida) autônoma sobre certos problemas”, depende muito do contato com os textos filosóficos, pois eles fornecem o ponto de partida e os instrumentos necessários ao desenvolvimento desta reflexão. Tais instrumentos referem-se à interrogação, análise e elaboração de argumentos filosóficos e também de gêneros distintos, considerando que a partir do momento que está inserida na escola média, a filosofia não pode se fechar num espaço limitado e desenvolver habilidades e competências que sirvam apenas a própria disciplina. Portanto, esta emancipação do aluno precisa repercutir na sociedade, isto é, na variação de situações presentes em sua cultura.

O diálogo interdisciplinar e sociocultural pode ser provocado ou mediado pelo texto original, não por este conter um conjunto de informações inquestionáveis ou saberes eminentes, mas por representar, devido as características próprias já citadas, um convite ao pensamento acerca de problemas que podem ser identificados no contexto em que estão inseridos os estudantes, possibilitando, por conseguinte, a comunicação entre o passado com o presente. Por exemplo, desenvolver uma reflexão sobre o que motiva

diferentes pensadores, em diferentes épocas a escreverem sobre conhecimento, ciência, arte, política etc e de que maneira estes temas se apresentam na realidade dos alunos. Quais são as questões que, ainda hoje, suscitam pensamentos e a busca por esclarecimentos e soluções, ou ainda, quais tipos de situações poderiam ser contempladas em determinados textos e não o foram, por que não o foram, de que maneira o contexto dos pensadores influencia na construção de seus conceitos, entre outras problematizações.

A atividade filosófica só pode ser realizada se houver interesse, curiosidade, desejo de conhecimento. Os problemas são motivadores e, por isso, é fundamental que se parta deles, pois permitem que os estudantes reflitam sobre os seus próprios e os do contexto em que estão inseridos, estruturando argumentos e elaborando o entendimento de que a existência, a escola e a sociedade não são estanques, mas se constroem umas a partir das outras e, portanto, as questões se refletem em todos estes âmbitos.

Danilo Marcondes considera que:

A análise dos argumentos filosóficos talvez seja o que revela mais de perto o modo de pensar dos filósofos, mostrando como esses argumentos podem ser defendidos, refutados, reformulados, suscitando por sua vez uma discussão sobre no que consiste argumentar e como podemos legitimamente fazê-lo. O exame desta questão é fundamental para o ensino de filosofia em qualquer nível. (2008, p.62)

Deste modo, considera-se que um ensino de filosofia que careça dos textos clássicos é, de certa forma, um retrocesso na luta pela sua efetivação na educação, pois corre-se o risco de se tornar uma mera transmissão de conteúdos, semelhante a que se tinha quando a disciplina chegou ao Brasil, porém com a diferença de que os conteúdos abordados não o são com o propósito de agregar fiéis à Igreja. Contudo, semelhante no que diz respeito à impossibilidade de reflexão, pois respostas prontas dificilmente prepararão o aluno a indagações, por exemplo. Seu pensamento não será estimulado e aprimorado dispendo de um ensino cuja preocupação ainda é oferecer um produto ao invés de possibilitar a troca dele. Dito de outra maneira, o conhecimento do problema, a curiosidade, o espanto, a reapropriação do texto etc, ocorrem quando há interação no ensino, isto é, quando se opta por um ensino de filosofia como processo. Mas, para que o processo ocorra, é

importante que se desenvolva uma reflexão a respeito dos procedimentos didáticos adotados para a utilização do texto filosófico em sala de aula.

3.2 Procedimentos Didáticos: Escolha e abordagem

A preferência por textos exige que se considere que a apreensão da linguagem e dos conceitos filosóficos presentes no texto original não é imediata. Além das releituras, são também necessárias as orientações do professor para que se possa especificar as dificuldades e procurar superá-las, e oferecer os requisitos necessários.

No ensino, o trabalho com estes textos não pode estar preso apenas à técnica de leitura, a uma simples leitura estruturalista que, evidentemente, é fundamental, mas não deve ser limitadora.

A atitude filosófica é, por definição, a de querer saber, desejar saber; no momento em que a lição do texto inibe a capacidade de pensar, a curiosidade filosófica é sufocada pelos conteúdos dispersos e muitas vezes distantes da realidade vivenciada pelos alunos” (GALLO, GUIDO, KOHAN, 2013, p. 116)

É preciso integrar o texto com o contexto cultural da época em que foi escrito e também o vigente, isto é, fazer a ponte que Charles Feitosa (2008) aponta, quando não ocorre, como o cerne dos problemas do ensino de filosofia, entre a filosofia e a não filosofia. A articulação entre conhecimentos filosóficos e não filosóficos é, inclusive, citada pelos PCN's (p.39) como uma das competências ou habilidades a serem adquiridas com o ensino de filosofia. Tal encontro facilita a relação do aluno com a disciplina, pois tende a diminuir a aversão construída a partir da concepção de que se trata de um estudo entediante, distante e desnecessário, sem desmerecer os conceitos.

Portanto, o primeiro procedimento didático consiste na escolha de textos, pois embora exista uma grade curricular já estruturada com os conteúdos pela Secretaria de Educação, na maioria das vezes por temas, o professor possui a liberdade de optar pelos tipos de textos e autores que considera mais acessíveis e pertinentes para o ensino médio. Para isso, é imprescindível que possua objetivos definidos quanto ao que pretende com suas problematizações, para que os estudantes reconheçam qual é a

importância do texto no momento em que é inserido nas aulas e não o compreendam como um instrumento cuja utilização pode ser dispensada por não acrescentar em nada.

O discurso mediador do professor é fundamental para que os alunos frequentemente os textos clássicos. Não se trata de sintetizar e apresentar o conteúdo do texto que os estudantes irão acessar, pois a explicação do professor já contém sua própria leitura que é imprescindível para o trabalho posterior, mas pode reduzir a experiência do primeiro contato dos estudantes com o texto quando precede a leitura. No entanto, refere-se a um discurso que tem início na seleção do material e, após possibilitar o contato direto com as obras, deve mediar interpretação, análise, discussões e produções, ou seja, ocorrer durante todo o processo de estudo dos textos.

Ao longo da história da filosofia são produzidos diferentes tipos de textos. No ensino médio, é possível trabalhar com fragmentos, ensaios, diálogos, cartas, aforismos, meditações, investigações, entre outros. O importante é que os estudantes experimentem esta variedade para que conheçam diferentes textos e realizem a atividade filosófica com eles, a fim de que não compreendam a filosofia como restrita a um modelo específico de texto e sim como uma produção conceitual que pode ser realizada e apresentada de diferentes maneiras.

O aprendiz, por meio da experiência com diferentes leituras filosóficas, poderá não só conhecer a filosofia desse ou daquele autor, mas ele saberá reconhecer o específico do texto filosófico e, posteriormente, poderá apropriar-se de forma intencional de partes, quaisquer partes, quer seja dos conceitos ou da forma de criá-los para usar na sua criação (ASPIS, GALLO. 2009, p.98)

Além disso, o professor precisa buscar uma alternativa adequada à realidade da turma ao fazer sua opção. Por exemplo, quando se tratam de séries diferentes, escolas com estudantes que possuem maior ou menor acesso a cultura, ou ainda, quando se trata de uma turma que possui muita dificuldade de interpretação, é preciso escolher um texto mais acessível para que se possa trabalhar com esta dificuldade sem privá-los da leitura de um texto filosófico. Se o que se percebe é o contrário, facilidade de interpretação, é possível utilizar textos considerados mais densos e, em todos os casos, que se

tratem de escritos cujas possibilidades de relações entre diferentes problematizações possam ser estabelecidas. Aranha sugere que

Um bom recurso é começar com textos mais acessíveis, de acordo com o nível dos alunos, usando desde artigos de jornal, poesia, crônicas, intercalados com trechos de ensaios filosóficos, até que estes possam predominar sobre os primeiros. A escolha dos textos deve ter em vista o cuidado de nunca nivelar por baixo, já que a aprendizagem supõe esforço para a superação de dificuldades. A persistência nesse caminho fará com que o aluno descubra que o prazer da leitura muitas vezes se encontra no término do processo, ou seja, o esforço para entender algo que de início é complicado ou desinteressante pode vir a ser recompensador no final. (2000, p.123-124)

Humberto Guido (2000, p.88) sustenta que na filosofia “o que motiva a reflexão filosófica é o conhecimento do problema”. Atentando para a característica de que todo texto filosófico parte de um problema, pode-se considerá-lo, por conseguinte, uma ferramenta que quando bem conduzida, auxilia o aluno/leitor com conhecimentos teóricos e desenvolve, primeiramente, a competência para a leitura e, em seguida, a discursivo-filosófica. A segunda depende da primeira, pois se o aluno não compreende o texto e não consegue abstrair as ideias centrais, não desenvolverá a competência discursivo-filosófica que lhe permitirá elaborar um novo discurso, com paráfrases que contenham o mesmo conteúdo, análises que permitam estabelecer relações, contrapor ideias e, inclusive, buscar possíveis soluções para o problema do filósofo.

Para que os estudantes compreendam o texto, um dos caminhos apontados pelos autores Aspis e Gallo (2009, p.94), é que o professor pode iniciar pela *sensibilização* ao problema, despertando o interesse e motivando os estudantes e, após a *problematização*, dar início ao estudo filosófico por meio dos textos, a fim de buscar soluções para o problema levantado. Em seguida, ensinar algumas técnicas de leitura-busca, mas deixá-los livres para transitar pelo texto a sua maneira. Por conseguinte, solicitar que após a leitura, façam uma exposição do entendimento. Por fim, aulas expositivas e textos explicativos a fim de elucidar determinadas dificuldades.

Durante o processo de leitura, é importante também que o professor oriente os estudantes para a utilização de dicionários de língua portuguesa

para que não se tenha problemas de interpretação por desconhecimento do vocabulário contido no texto, o que é muito comum, visto que a maioria dos alunos não possui o hábito de dissecar textos e, menos ainda, de fazer uso de dicionários. Os de filosofia também são importantes, sobretudo quando se busca textos explicativos para esclarecimentos, podem ser adotados como um deles.

Em relação ao entendimento do texto filosófico, Porta postula que:

“O entendido” é o sentido do texto. Tal sentido nada tem a ver com as intenções subjetivas do autor, senão que constitui uma unidade objetiva. O autor ingressa no texto unicamente como “fator de finitude” que delimita a parte do universo da significação presente nele. Da perspectiva de um acesso finito a esse universo, o elemento da facticidade nunca pode ser desconhecido, porquanto é a partir dele que é possível fixar a significação “realizada”. Entretanto, entender não é explicar (nem histórica nem psicologicamente) o texto: é explicar o seu sentido, não o porquê, mas o que é dito.

O sentido do texto nunca está oculto ou para além do texto, mas presente nele, ainda que nem sempre de um modo explícito. O que o autor “queria dizer”, ele o disse. (2002, p. 56-57).

O segundo procedimento que pode ser adotado, portanto, consiste em buscar caminhos que permitam que o aluno desenvolva o processo de compreensão do sentido do texto filosófico, pois isso lhe fornecerá subsídios teóricos e metodológicos para análises e discussões posteriores.

Lelita Benoit propõe um trabalho com o texto filosófico que se fundamenta no ensaio de Goldschmidt, “*Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos*”, visando a interpretação e a análise do texto sem considerar as intenções do autor que não foram exteriorizadas na escrita, mas, ao mesmo tempo, a autora indica a relação com a história do pensamento, o que não torna a técnica de leitura limitadora tanto no sentido de se restringir a estrutura do texto como no de inibir o pensamento.

Em primeiro lugar, tendo em vista os preceitos da análise lógica (que se inspira em Goldschmidt e nas categorias do tempo lógico), resgataríamos as teses (dogmas) essenciais dos textos ou sistemas filosóficos; buscaríamos exprimir concretamente, segundo a *lexis*, o movimento interno de encadeamento destas teses ou sistemas. Contudo, o procedimento de análise não se finalizaria aporeticamente, evitando conclusões e interpretações. Ao mesmo tempo em que estivéssemos procurando restabelecer concretamente a

lexis textual, estaríamos aprofundando e alargando o *significado* do uso do texto e de suas relações com os elementos expressivos da cultura contemporânea, conforme o exigido pela atual pedagogia. Mais do que isso, estaríamos contribuindo para o aprofundamento dessa relação naturalmente necessária do texto filosófico com a história da filosofia – e em nosso caso particular, com a história da filosofia das ciências, da epistemologia e da lógica. (BENOIT, 2013, p.140)

A compreensão acerca do encadeamento de ideias e a construção argumentativa do texto filosófico, isto é, a aplicabilidade das propostas citadas acima, pode ocorrer mediante a esquematização do raciocínio do texto, dividindo-o em partes para, em seguida, estabelecer as conexões com o contexto, seus elementos culturais.

Após leitura, interpretação e análise, é importante que o professor conduza o trabalho de produção própria dos estudantes, caso contrário a experiência filosófica não se realiza por completo, pois, embora a leitura possa ser compreendida como criação por buscar o entendimento, bem como relações e implicações, é fundamental que o aluno realize uma criação própria e desenvolva a competência discursivo-filosófica.

O estudo do texto permite que o estudante interiorize um quadro de referências, conheça a história do pensamento, determinados autores e tipos de textos e desenvolva as habilidades já citadas, isto é, lhe fornece o embasamento para a própria produção. É fundamental que o aluno escreva, pois se trata de uma habilidade importante para o ensino tanto da disciplina de filosofia, como das demais. De acordo com Favaretto, em entrevista:

Não há nenhuma possibilidade de fazer filosofia e de a filosofia ser relevante se não se partir, se não se chegar ao texto. Quer dizer, ler o texto, reconstruir o texto e produzir o texto são as experiências mais fundamentais que a filosofia propicia em termos de aprendizagem, em termos de educação. (2013, p.33)

A produção escrita pode ser também explorada como um instrumento de avaliação, pois permite identificar se durante todo o processo ocorreu a aprendizagem e de que forma, quais são as dificuldades apresentadas tanto pelos estudantes, durante a elaboração, quanto pelo professor em seu discurso mediador. No entanto, é importante ressaltar que o exercício não deve ser

sempre avaliativo, pois isso acaba contribuindo para a tradicional visão dos estudantes de que o ensino se reduz às notas, apenas.

Ademais, a produção não deve se limitar ao resumo do texto filosófico, pois a síntese pode ser praticada como técnica de leitura e também exercício de redação, após a realização de esquemas, por exemplo, e nesse sentido é fundamental, pois contribui para o estudo conceitual. Mas não como um exercício de produção própria no sentido de criação, visando uma maneira de dar conta dos problemas, pois resultará em uma composição de conceitos já presentes no texto filosófico, em repetições.

A criação pode ser exercida em diferentes tipos de texto, assim como as obras filosóficas, isto é, pode ser solicitado que o estudante escreva análises, narrativas, diálogos, poemas, dissertações, ensaios.

O resultado das produções dos alunos, sejam avaliativas ou não, permite que o professor repense seus procedimentos didáticos, o que deve ser feito constantemente para que o ensino não se restrinja a um método único e concluído, pois, segundo Kohan, “a filosofia deve adotar compromissos metodológicos sem se fixar a um método”, uma vez que “ela se caracteriza muito mais por ser uma relação aos diversos métodos do que por adotar este ou aquele método específico” (2013, p.184). Destarte, este estudo não pretende elencar receitas para um ensino de qualidade, mas possibilidades de caminhos que possam facilitar o processo de ensino-aprendizagem da disciplina de filosofia.

4. O TEXTO FILOSÓFICO E A EXPERIÊNCIA DO FILOSOFAR

Diante das habilidades e competências específicas da disciplina de filosofia e da importância do texto filosófico no processo de desenvolvimento destas, é fundamental apontar possíveis procedimentos didáticos que podem ser adotados pelo professor. Por conseguinte, é preciso analisar de que maneira tais encaminhamentos podem proporcionar a experiência do filosofar ativo dos estudantes.

A concepção de filosofia como uma atividade criadora, quando transportada para o ensino, configurando-se como uma disciplina, traz em si a questão sobre como ensinar algo que, em si, é um exercício e, portanto, não é transmitido e apreendido, mas desempenhado.

Em relação aos textos, é possível apontar um caminho, instruir os alunos sobre como podem realizar o exercício por meio das técnicas de leitura, oferecer suporte teórico e metodológico, mas, por maior que seja o esforço do professor e o comprometimento com o ensino, a experiência não é ensinada, mas uma realização própria dos estudantes. Sendo assim, é necessário compreender em que momento e como o professor pode dar autonomia a seus alunos ao lidar com os textos filosóficos, a fim de proporcionar a experiência do pensamento.

A organização dos conteúdos pelo eixo problemático e não pelo histórico ou temático, ao compreender a filosofia como ação, tem em vista o filosofar, pois este é instigado pelos problemas. Contudo, selecionar problemas tratados pela filosofia não é o suficiente, apenas a sistematização do que será trabalhado em sala de aula não garante que os alunos serão impulsionados a produzir conceitos. É preciso criar mecanismos para que isso seja executável dentro do espaço de ensino, isto é, pensar em como é possível conduzir as aulas de filosofia para fazer delas um espaço de criação. Gallo sustenta que,

Podemos fazer das aulas de filosofia laboratórios de experiências de pensamento, que gosto de chamar de *oficinas de conceito*. Um ensino ativo da filosofia, que coloque os jovens estudantes em contato com a própria atividade filosófica: a criação conceitual, mais do que com sua história, ou com os temas hoje importantes. Claro que tudo isso está subentendido e articulado, mas proponho focarmos o ensino no conceito e em sua produção, no ponto de partida do

pensamento, isto é, nos problemas que os motivam.” (2010, p.163)

Considerando que o objetivo é um ensino experimental, não no sentido de ir para a sala de aula e ver o que acontece, sem domínio dos conteúdos, objetivos definidos e planejamento, mas no de não se caracterizar como conteudista; ao fazer da sala de aula um “laboratório”, o trabalho do professor consiste em encaminhar atividades para os alunos com a finalidade de torná-los ativos, produtores ao invés de meros receptores e reprodutores de conhecimento.

Os estudantes devem começar a exercitar o pensamento frente as problematizações instigadas pelo professor e pelo texto filosófico, pois o exercício filosófico não ocorre apenas quando os alunos se dedicam a realizar uma tarefa, aliás, embora as atividades sejam entendidas como produções, nem sempre as asseguram, muitas vezes não passam de memorizações. É importante que a experiência do filosofar tenha início no momento em que os alunos lidam com os problemas e, para isso, o planejamento do professor é de suma importância.

Quando as problematizações não fazem sentido para os alunos, isto é, quando se tratam de questões muito distantes daquelas que os interessam, preocupam e incomodam, dificilmente serão impulsionados a reflexão, pois a distração poderá precedê-la e comprometer o restante da aula. É imprescindível suscitar o questionamento, o espanto, a admiração, a curiosidade etc diante da realidade em que estão inseridos para que estes estudantes pretendam serem filósofos.

O objetivo final de todo professor de filosofia deverá ser fazer, de seus alunos, filósofos. Em virtude disso, deverá promover em seus alunos uma *atitude* filosófica, já que será ela que, eventualmente, dará lugar ao desejo de filosofar. Nesse marco, os textos filosóficos serão uma ferramenta central para filosofar, mas não um fim em si mesmo (“compreender” um texto é um possível primeiro passo, não o último).” (CERLETTI, 2008, p.35)

O uso do texto filosófico em sala de aula demanda que se tenha a consciência de que são alunos do ensino médio, em geral adolescentes cuja atenção nem sempre o professor consegue obter. Deste modo, é preciso

procurar conhecê-los a fim de buscar procedimentos que permitam superar o desafio de envolvê-los quando são facilmente atraídos por informações prontas e breves, como por exemplo, as que constam nas redes sociais e boa parte das veiculadas pelos dispositivos móveis.

Por se tratar de uma ação, é fundamental que os alunos desejem realizar a experiência do pensar filosófico, caso contrário não será possível. Por isso, é necessário que o professor busque despertar a curiosidade e incentive-os a perguntar, duvidar, mais do que a buscar certezas. Ou seja, trata-se, primeiramente, de um trabalho de desconstrução, pois há a necessidade de se romper com a ideia de que o fundamental na vida é que se tenha decisões, posturas, valores definidos o quanto antes para, em seguida, incentivá-los a transformar tais convicções em questionamentos reconhecendo a importância das problematizações.

A luta, no âmbito do ensinar a filosofar, se opõe àquela tendência imediatista de buscar respostas nos textos consagrados. É a luta contra a ideia de que se for uma questão profunda ou fundamental, alguém já deve tê-la resolvido para mim ou deve estar registrada em algum lugar. Mas são precisamente as questões fundamentais que não são passíveis de soluções autoritárias e definitivas. Assim, o incentivo à própria reflexão faz parte essencial do ensinar a filosofar. Porque filosofar é procurar, é buscar por meio do nosso pensamento. Mesmo que depois devamos, como devemos, conferir, avaliar nossas soluções perante aquelas que porventura já foram dadas e que estão nos textos clássicos. Um texto é como uma fonte cuja água pode saciar nossa sede. Ou talvez não, pois o texto registra o que o outro pensou movido por suas circunstâncias. Nesse texto não está – ao menos não exatamente – o que eu penso, nem pode ter sido escrito em circunstâncias exatamente iguais às minhas. De modo que soluções a problemas semelhantes, mas não idênticos aos meus, muito provavelmente não vão me satisfazer plenamente. Esse é o instante em que a filosofia aparece. Pois a filosofia só existe porque alguém não se satisfaz com as soluções já existentes nem com aquilo que os clássicos, por mais respeito que nos mereçam, nos legaram. A filosofia está sempre viva como consequência de alguém ter sido incentivado a pensar por si e de ter tido a necessidade de beber de outra fonte: a que brota de suas próprias reflexões. (Armijos, 2013 p. 199-200)

O filosofar não será possível por meio de uma obrigatoriedade, nesse processo o *querer* é fundamental. É preciso que os estudantes aspirem lidar com o problema para que possam elaborá-los ou, quando diante deles, procurar resolvê-los e acessem o texto como um instrumento que lhes permitirá

trabalhar com os conceitos e lhes fornecerá subsídios para suas produções, mas, de maneira alguma tomar as obras como manuais cujas soluções para suas incertezas serão encontradas de imediato.

No momento em que começam a surgir os questionamentos dos estudantes, sejam eles existenciais, políticos, científicos, é necessário que o professor auxilie a turma ao elaborar as questões a fim de aproximá-las da maneira que foram situadas pelos filósofos em suas obras, pois o objetivo consiste no estudo do texto filosófico. Dessa forma, os próprios alunos poderão identificá-las no texto, o que pode ser entendido como um estímulo para o desenvolvimento da autonomia, considerando que realizarão esta atividade sozinhos, buscando desenvolver os próprios métodos de estudo, após terem delimitado os problemas com o apoio do professor. Para Aspís e Gallo,

A tarefa do professor seria, por meio das dúvidas todas que surgirem na primeira fase, a de *sensibilização*, retomar o tema com os alunos e juntos elaborarem as questões. Traduzir uma primeira, por exemplo, “quem me garante que não estou sonhando agora?” por “Como ter certeza que o que conhecemos é o que as coisas são? Como chegar a um conhecimento verdadeiro? (2009, p. 91)

O ensino filosófico requer que se considere o outro, não como ouvinte ou mero receptor de saberes, mas como um indivíduo ativo, com suas dúvidas, dificuldades e contribuições. O problema filosófico não deve ser apenas a preocupação do professor ou especificamente de um aluno, mas deverá consistir em uma construção comum a turma, ou seja, é preciso levar em conta as inquietações dos estudantes para estimulá-los a engendrar questões. Entretanto, isto exige atentar para o pensamento do outro.

A finalidade das construções coletivas deve ser uma composição para além da aceitação ou rejeição do saber alheio, mas fundamentada no diálogo e na interação de todos que estão na sala de aula, com o intuito de viabilizar a elaboração argumentativa que será de suma importância no momento em que os estudantes realizarem suas produções próprias, após a leitura dos textos filosóficos. A mediação do professor é imprescindível nesse processo de criação, pois subsidia a delimitação das problematizações e, em seguida, indica caminhos para a produção conceitual. Para Aspís e Gallo,

É absolutamente necessário que um professor de filosofia faça a mediação com seus alunos para que esses possam *começar* na filosofia. mas, por outro lado, estes alunos só começarão, de fato, seu próprio processo de filosofar, seu movimento autônomo de pensamento, com a saída de cena do professor. [...] A autonomia do pensamento só pode ser fundada em um começo próprio, que parte do mestre (do professor) para prescindir dele em um momento seguinte.

Desta maneira, é evidente que o professor precisa ter seu método de pensamento e seus métodos de ensino. Mas não há o método. Não há o método de filosofar e não há o método de ensinar. Há métodos, que podem ser experimentados, testados, reelaborados, aperfeiçoados, em um trabalho contínuo e constante. (2009, p. 71)

Para que a experiência do pensamento seja possível, é necessário que o aluno se desvincule do professor no sentido de abandonar a condição de dependência. Entretanto, este afastamento deverá partir do professor, no momento em que considerar que seus alunos podem se permitir experimentar. Não existe um método que possa afirmar quando isso deve ocorrer e assegurar o sucesso dos procedimentos didáticos, por isso que é fundamental que o professor assuma a postura filosófica de refletir constantemente sobre o ensino de sua disciplina.

O trabalho com o texto filosófico, quando utilizado com a finalidade de um estudo conceitual, deve ser posterior a sensibilização e a problematização, pois o aluno precisa ter elaborado questões e saber como identificá-las, a fim de que possua uma noção básica do que irá buscar nos textos e consiga produzir conceitos. Uma vez que não se sabe o que procura, conseqüentemente, não se tem interesse pela leitura. É indispensável que exista certo envolvimento para que o estudante se dedique ao texto, pois quando isso não ocorre, resulta em um estudo superficial.

O fundamental do texto é o filosofar ativo que acredita-se poder proporcionar por oferecer ao estudante o contato direto com as problematizações e construções conceituais e levá-lo a desenvolver técnicas de leitura-busca e contextualizações, conforme defendido nos capítulos anteriores.

Todavia, mesmo que o aluno-leitor possua interesse, se o texto não lhe gerar inquietação, se não levá-lo a repensar certezas, padrões, elaborar questões, se apropriar de conceitos, ressignificá-los etc, não se pode afirmar que existe uma experiência do pensamento. É possível que os alunos

aprendam a problematizar sem o uso do texto, quando conduzidos pelo professor. Mas, em relação ao texto filosófico, ao trabalhar diretamente com ele, este estudante precisa desenvolver a autonomia. Não é possível que o professor pense pelo aluno, o que pode ocorrer é apenas a reprodução de ideias assimiladas, o que não caracteriza o filosofar ativo.

Por fim, é imprescindível que a avaliação seja integralizada como fundamental no processo de ensino-aprendizagem, pois é por meio dela que se pode identificar se os objetivos foram atingidos. De acordo com Gallo,

Devemos nos ater menos àquilo que o estudante eventualmente assimilou dos conteúdos que foram transmitidos, mas precisamos nos preocupar em avaliar em que medida ele foi ou não capaz de aproximar-se da experiência do pensamento conceitual. (2010, p.169).

A avaliação no espaço escolar, na maioria das vezes é associada apenas a obtenção de nota e compreendida como instrumento de punição ou recompensa. Porém, é tão importante para o aluno quanto para o professor, pois permite que ambos analisem as competências e habilidades desenvolvidas e as não desenvolvidas, que ambos questionem a viabilidade dos recursos utilizados e problematizem o próprio ensino.

Portanto, a avaliação precisa ser elaborada pelo professor tendo em vista os objetivos pretendidos com a inserção do texto filosófico, pois não pode ser contraditória com o trabalho desenvolvido até então e ser baseada em assimilação de conteúdo, mas deve permitir que se identifique se foi possível ou não fazer dos alunos, durante as aulas de filosofia, filósofos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de filosofia, após a sua obrigatoriedade no ensino médio brasileiro, conta com um avanço significativo em documentos que a fundamentam e procuram orientar os professores, pesquisas que se preocupam em compreender como é possível ensinar a disciplina, uma vez que não há mais a necessidade de justificar o seu espaço na escola. A produção de materiais didáticos também cresceu neste período. Atualmente os professores e as escolas podem optar por aqueles que fazem uma abordagem histórica, temática ou problemática, ainda que as opções sejam limitadas comparadas aos livros das demais disciplinas, exceto sociologia.

Diante disso, é importante uma postura crítica do professor perante o próprio trabalho, pois além dos recursos que contribuem para a sua formação e a dos estudantes, possui autonomia para conduzir as aulas conforme seus objetivos que devem ser definidos com a finalidade de que se desenvolva um ensino comprometido com a qualidade. Para tanto, é preciso que possua uma concepção de filosofia a fim de que saiba o que e como pretende ensinar.

Este estudo apresentou uma definição de filosofia como criadora de conceitos que, ao ser efetivada como disciplina, deve pretender a experiência do filosofar ativo dos estudantes, isto é, a produção conceitual. É possível afirmar que determinados procedimentos podem nortear o trabalho do professor neste processo, como por exemplo, optar pelo eixo problemático que permite tanto o envolvimento dos estudantes mediante as questões apresentadas e elaboradas, quanto o uso do texto filosófico como possibilidade de realização da atividade do pensamento.

O texto clássico viabiliza esta experiência do pensamento por expor conceitos que partem de problemas. Ao estudá-los, os alunos podem compreender os encaminhamentos do autor na produção conceitual e relacionar, através do discurso mediador do professor, as problematizações com a história do pensamento e temas contemporâneos. Entretanto, é notório que, em geral, os estudantes possuem uma considerável dificuldade de leitura, interpretação e argumentação com textos considerados mais simples que os filosóficos, o que representa um desafio para os professores, mas que não deve ser entendido como um pretexto para não trabalhar com os textos

originais, pois é possível iniciar os estudos pelos mais acessíveis. Além disso, esta não é a única dificuldade que se possui na educação, aliás, é resultante daquelas relacionadas às condições sociais, acesso a cultura, concepção e estrutura do ensino que demandam, constantemente, um esforço do professor para superá-las e fazer da sala de aula um espaço de troca de conhecimentos e aprendizagem.

Embora sejam apontados, neste estudo e em outros sobre o ensino da disciplina, alguns caminhos didáticos que podem ser percorridos mediante a utilização do texto original, não há a garantia de que serão eficazes, apesar de muitos deles serem fundamentais para iniciar o estudo filosófico, pois, por ser uma atividade do pensamento, a filosofia requer uma pré-disposição daquele que deseja filosofar e, nesse sentido, é individual, mas, concomitantemente, necessita da interação entre os estudantes e o professor com o intuito de engendrar as problematizações.

Portanto, a reflexão sobre o ensino de filosofia é pertinente, não para que seja possível, por meio dela, encontrar um método que possa ser padronizado e garanta a qualidade do ensino, pois isso não é possível sequer nas demais disciplinas, considerando que a educação, frequentemente, tem revisitado teóricos e buscado por projetos inovadores capazes de envolver os estudantes e assegurar a aprendizagem. Mas, problematizar o ensino de filosofia é fundamental para que os professores disponham de diferentes metodologias e reflexões sobre o trabalho que é desenvolvido em sala de aula, pois ensinar filosofia é, na maioria das vezes, uma experiência singular e submetida ao desejo do professor de fazer de seus estudantes, filósofos.

6. REFERÊNCIAS

ASPIS, Renata L; GALLO, Sílvio. **Ensinar Filosofia: um livro para professores**. São Paulo, SP. Atta Mídia e Educação, 2009.

BORBA, Siomara; KOHAN, Walter Omar (org.). **Filosofia, aprendizagem, experiência**. p. 41 – 59 e 115 – 130. Minas Gerais: Autêntica, 2008.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Ensino Médio. Parte IV Ciências Humanas e suas Tecnologias. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>> Acesso em 20 de novembro de 2015

BRASIL. **PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>> Acesso em 20 de novembro de 2015.

CARVALHO, Marcelo; CORNELLI, Gabriele (org.). **Ensinar Filosofia**. Cuiabá, MT. Central do Texto, 2013.

_____. **Filosofia e formação**. p. 113 – 214. Cuiabá, MT. Central do Texto, 2013.

CARVALHO, Marcelo; CORNELLI, Gabriele; DANELON, Márcio. Brasília. **Filosofia: ensino médio**. Vol.14 . Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p.159-170 e 185-202.

GALLO, Sílvio; KOHAN, Walter Omar (org.). **Filosofia no Ensino Médio vol. VI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

KOHAN, Walter Omar (org.). **Filosofia: caminhos para seu ensino**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NOBRE, Marcos; TERRA, Ricardo. **Ensinar filosofia: uma conversa sobre aprender a aprender**. São Paulo: Papirus, 2007.

Orientações Curriculares Para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias v. 3. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf> Acesso em: 20 de novembro de 2015.

PORTA, Mario Ariel González. **A filosofia a partir de seus problemas**. p. 21- 76. São Paulo: Loyola, 2002.

ROCHA, Ronai Pires. **Em favor da Didática**. In. RIBAS, Maria Alice C. et Al. (org) *Filosofia e Ensino – A Filosofia na Escola*. p. 163-178. Ijuí: Unijuí, 2005.

RODRIGO, Lígia Maria. **Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio**. p. 67-82. Campinas, SP. Autores Associados, 2009.

_____. **Filósofo e o professor de filosofia: práticas em comparação**. In. TRENTIN, Renê/ GOTO, Roberto (org). *A filosofia e seu Ensino – Caminhos e sentidos*. Col. *Filosofar é Preciso*. p. 79-93. São Paulo: Ed. Loyola, 2009.

SOARES, Alexandre G. **Da possibilidade de ensinar em geral e, em particular, de ensinar filosofia**. In. GUIDO, H./ALMEIDA, Jr./DANELON, M.(org) *O transversal e o Conceitual no ensino de Filosofia*. p.19-46. Uberlândia: Edufu, 2014.